

UM OLHAR SOBRE O DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO CONEXÃO SISAL

Kátia Santos de Morais¹

Resumo: Discorrer sobre a prática extensionista, refletindo a sua importância enquanto um dos três pilares básicos da universidade em sua relação institucional com a sociedade é a proposta central deste artigo. Tal reflexão se dá a partir da experiência do projeto de extensão *Conexão Sisal*, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em parceria com instituições do terceiro setor do Território do Sisal, semi-árido da Bahia, e coordenado pela autora deste trabalho. O projeto, concentrado na área de Comunicação Social, busca fomentar a apropriação de tecnologias livres para a produção e disseminação de conteúdos, envolvendo a convergência de ações em arte, mídia e tecnologia, com vistas à formação de conhecimento com potencial para contribuir com o desenvolvimento local e valorização da cidadania, um processo que vem sendo marcado por conquistas e desafios.

Palavras-chave: Comunicação; Desenvolvimento Local; Extensão; Tecnologias livres; Universidade.

Introdução

Em janeiro de 2010 foi iniciado o projeto de extensão *Conexão Sisal*, uma ação na área de Comunicação Social realizada no Território do Sisal, região semi-árida da Bahia. O projeto tem como objetivo principal fomentar a apropriação de tecnologias livres para a produção e disseminação de conteúdos com vistas à promoção do desenvolvimento local, numa perspectiva emancipatória.

A partir da experiência que vem sendo vivenciada com o projeto, este trabalho busca refletir sobre a extensão universitária enquanto compromisso necessário com a sociedade, articulado ao ensino e à pesquisa. Para tanto, o trabalho está dividido em três seções. Inicialmente busca-se apresentar aspectos centrais relacionados à extensão, abordando-se seus antecedentes, conceitos e desenvolvimento em termos de política no Brasil.

Em seguida, é feita uma apresentação do projeto de extensão *Conexão Sisal*, desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob coordenação da

¹ Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação, Campus XIV. Comunicóloga, mestre em Administração, atua nas áreas de audiovisual, comunicação social x participação política e democracia digital. E-mail: katiamorais01@gmail.com

autora deste trabalho. Busca-se apresentar os objetivos, metodologia e resultado preliminares alcançados.

Por fim, nas considerações finais, pretende-se apresentar alguns pontos para reflexão a partir da associação entre as questões relacionadas à discussão em torno da extensão universitária e os delineamentos centrais do projeto de extensão aqui abordado.

2. Extensão: compromisso social da universidade

Vinculado à proposta de educação continuada, o primeiro registro de prática de extensão universitária se dá na Inglaterra, no século XIX, através de cursos de curta duração e atividades voltadas não apenas às camadas populares, mas à população adulta em geral que estava fora da universidade (NOGUEIRA, 2005). Em seguida, as universidades americanas passam a desenvolver extensão por meio da prestação de serviços nas áreas rural e urbana.

Fundam-se assim, as dois modelos de extensão universitária, o inglês- baseado na realização de cursos- e o americano, centrado na prestação de serviços. Em maior ou menor grau, ambos irão influenciar de alguma forma as iniciativas de extensão universitária implementadas posteriormente em todo o mundo.

Historicamente, merece destaque ainda a Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918, um processo liderado pelo movimento estudantil que defendeu a compreensão da extensão enquanto um dos pilares básicos da universidade. Ao pressionarem as instituições de ensino do país a assumir responsabilidade na transformação social segundo uma perspectiva democrática e popular, os estudantes argentinos afirmaram um marco decisivo, tendo como base a função da universidade em contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

Vale salientar que a proposta defendida naquele contexto era a de se pensar a prática extensionista distante de uma proposta social compensatória, como propunham

correntes liberais. Ao contrário, defendia-se a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão como atividades-fim da universidade².

Ao se consolidar, portanto, como função social por excelência, a extensão pode ser entendida “seja por instrumento de validação do conhecimento produzido, seja por ser sujeito mesmo do processo de conhecimento na medida em que é a sociedade-público-alvo da extensão- a destinatária da ação extensionista” (NOGUEIRA, 2005, p.07). Nessa perspectiva, sendo o elo direto entre a universidade e a sociedade, permite uma produção coletiva de conhecimento com potencial para promover desenvolvimento econômico, social, cultural e político e avaliação/retorno à universidade sobre como as discussões mantidas em seu âmbito interno são capazes de atender às reais necessidades da sociedade, validando ou não o conhecimento para além de seus muros.

No Brasil, a primeira instituição de ensino superior a desenvolver extensão foi a antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911 (SOUZA, 2000), numa experiência influenciada pelo modelo extensionista europeu. As ações da Universidade de São Paulo eram desenvolvidas por meio da Universidade Popular, que oferecia cursos gratuitos à população em geral, sendo proibida, no entanto, a abordagem de propaganda política, religiosa ou comercial. Com essas restrições, os primeiros cursos tratavam de temas distantes da realidade social do público atendido, aproximando-se, muito mais, das teorizações que ocupavam a reflexão dos intelectuais acadêmicos idealizadores dos cursos.

Também de forma pioneira, anos depois a Universidade Federal de Viçosa (MG), na época denominada Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, criada em 1926, iniciou suas práticas extensionistas tendo como foco a prestação de serviços na área rural por meio de assistência técnica aos agricultores, baseado no modelo inglês dos *Land Grant Colleges*³.

Mas a primeira definição de extensão na legislação brasileira só aparece com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, durante o governo Getúlio Vargas. Em seu

² O reconhecimento da pesquisa como função básica da universidade se consolidou no século XIX, a partir de movimento encabeçado pela Universidade de Berlim, criada em 1910 (NOGUEIRA, 2005).

³ Escolas superiores agrícolas criadas no oeste e no meio-oeste dos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX.

artigo 42, o documento deixa claro que a extensão se configura “por meio de cursos e conferências de caracter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário”.

Quanto aos objetivos, em seu Art.42, § 1º, o Decreto afirma que os cursos e conferências se destinam “principalmente à diffusão de conhecimento úteis à vida individual ou collectiva, à solução de problemas sociaes ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionaes” (BRASIL, 1931). Ao ser submetida a determinações do Conselho Universitário, a extensão no Brasil acabava por propagar naquele período valores de uma classe hegemônica, não se efetivando enquanto política social.

Se a universidade no Brasil, a partir do Decreto nº 19.851, teve a extensão universitária relegada à transferência de informações que compunham os “altos interesses nacionais”, entre 1960 e 1964 estudantes vinculados à União Nacional de Estudantes (UNE) desenvolveram um expressivo trabalho, promovendo extensão de forma independente da universidade. A proposta da UNE era a troca de experiências entre estudantes e profissionais já formados, por meio do atendimento a comunidades carentes seguida por uma reflexão sobre as ações desenvolvidas (FÁVERO, 1995). Destacam-se nesse período ações como o Centro Popular de Cultura (CPC), Centro de Estudos Cinematográficos, o Serviço de Extensão Cultural (SEC) e a UNE Volante.

Algumas dessas ações contavam com a participação de professores e técnicos, levando o conhecimento construído e consolidado na academia à comunidade e retornando esse conhecimento enriquecido com as experiências práticas, que forneciam elementos para o debate, sobretudo sobre os problemas das classes populares o país. A UNE discutia ainda o papel da extensão dentro das propostas de Reforma Universitária, presentes em documentos como a Declaração da Bahia, resultante do I Seminário de Reforma Universitária, realizado em 1961, em Salvador (NOGUEIRA, 2005).

Destaca-se no documento a reivindicação pela aproximação da universidade com as classes trabalhadoras por meio de iniciativas como alfabetização de adultos, cursos para mestre de obras nas escolas de Engenharia e para líderes sindicais nas faculdades de Direito, para citar alguns exemplos.

Comprometida com as classes populares urbana e rural, a UNE reivindicava uma universidade com papel social efetivo, seja por meio de cursos, seja através de apoio e/ou assistência a iniciativas já existentes voltadas para a formação em diferentes áreas. Nas palavras de Nogueira (2005),

a extensão praticada pelos estudantes universitários no início da década de 1960 é o primeiro aceno de mudança na sua concepção. É quando se vêem ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencialista, mas com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos (NOGUEIRA, 2005, p.26-27).

O golpe militar de 1964 retirou a autonomia das universidades e dissolveu a UNE. A extensão passaria a seguir a partir de então uma orientação assistencialista, condizente com os ideais de desenvolvimento e segurança nacional defendidos pelo regime, impondo à extensão universitária uma política manipulatória (SOUZA, 2000).

Algumas idéias da UNE voltam a aparecer em abril de 1975, quando é criado pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁴ o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, primeira política de extensão brasileira⁵. Assume papel de destaque na execução do Plano a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), criada em 1974, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC).

Com o Plano, o MEC assume definitivamente a competência para pensar a política de extensão universitária no país, acompanhando as iniciativas de extensão, incentivando o intercâmbio entre as instituições de ensino superior (IES) e traçando as diretrizes e normas para o setor. De acordo com o documento, define-se extensão como

a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (MEC/DAU, 1975).

⁴ Em 1985, o Decreto nº 91.144 institui a criação do Ministério da Cultura (MinC). A partir de então o Ministério da Educação e Cultura (MEC) se torna Ministério da Educação, embora a sigla permaneça sendo utilizada.

⁵ As discussões que culminam com a operacionalização e institucionalização da extensão universitária têm como pontapé inicial estudos sobre o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon, sendo marcadas ainda pela proposta do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), criado em 1965.

Pelo fragmento acima fica claro um dos avanços trazidos pelo Plano, que foi ultrapassar a idéia de extensão como transmissão de conhecimento- tal como era previsto pelo Decreto getulista- promovendo a compreensão de interlocução com a sociedade, em muito influenciado pelas idéias do educador pernambucano Paulo Freire. Na concepção freiriana, o processo de educação deve passar necessariamente pela problematização do homem em sua relação com o mundo e com os outros homens.

Pensando a extensão universitária, trata-se, portanto, não de transferência de saberes da academia, mas de um diálogo, uma construção coletiva através da qual o sujeito atendido pela prática extensionista é estimulado a refletir conscientemente sobre a sua realidade (FREIRE, 1988). Nessa perspectiva, amplia-se o papel dos docentes e a reflexão sobre a necessária associação entre ensino, pesquisa e extensão.

De modo geral, o Plano de Trabalho aponta três linhas de ação: a) coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão; b) articulação interinstitucional das experiências; c) articulação com órgãos públicos ou privados preocupados com o desenvolvimento da extensão. As ações iniciadas pela CODAE foram interrompidas em 1979, como resultado de uma reforma administrativa no MEC que resultou na extinção daquela Coordenação. Não havendo outro órgão na nova estrutura encarregado de assumir as suas atribuições, a política de extensão universitária foi negativamente impactada (NOGUEIRA, 2005).

Após essa interrupção, a continuidade da política extensionista no país foi retomada com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 06 de novembro de 1987. O Fórum nasce com a missão de refletir e orientar a prática extensionista, por meio da definição de políticas para as Instituições de Ensino Superior (IES).

Segundo a conceituação assumida pelo Fórum, exposta no documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão,

a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Dentre as ações executadas pelo Fórum, destacam-se a elaboração do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993, e do Plano Nacional de Extensão Universitária, em 1998.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária foi fruto de discussões realizadas no âmbito na Comissão de Extensão Universitária, criada em 1993⁶ como reivindicação do Fórum de Pró-Reitores, tendo sido construído conjuntamente com o MEC. Dentre outros pontos, o PROEXTE propõe a implementação do compromisso social da universidade partindo do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A idéia seria desenvolver a extensão por meio de programas⁷ capazes de articular ensino e pesquisa, desenvolvendo ações relevantes para a sociedade e estimulando a interdisciplinaridade.

A grande preocupação do Programa foi a democratização do conhecimento acadêmico, incentivando a integração entre universidade e comunidade com vistas à produção de um conhecimento comprometido com a realidade, fazendo interagir teoria e prática e revendo o conceito de “sala de aula” para além dos espaços tradicionais. Seguindo a um posicionamento defendido pelo Fórum,

as diretrizes do Programa são no sentido de que a política de extensão de cada universidade propicie a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas e com entidades da sociedade civil, de forma a atender demandas expressivas da população (NOGUEIRA, 2005, p.52)

Com o encerramento do PROEXTE, a Comissão Nacional de Extensão, em parceria com a SESu/MEC, apresenta o Plano Nacional de Extensão Universitária, cuja

⁶ A Comissão de Extensão foi criada pela Portaria nº66/SESu/MEC de abril de 1993, sendo composta pelos Coordenadores Nacional e Regionais dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão, pelo Diretor do Departamento de Políticas de Ensino Superior (DEPES/SESu/MEC) e pelo Chefe da Divisão de Graduação e Extensão (DIEG), órgão vinculado ao DEPES/SESu/MEC.

⁷ Segundo o PROEXTE, “os programas devem ser entendidos como um conjunto de projetos e atividades de caráter orgânico-institucional com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum”. Já as atividades englobam “cursos, fóruns, congressos, seminários, prestação de serviços e outros, desde que articulados a programas institucionais” (PROEXTE in NOGUEIRA, 2005).

versão final é aprovada em maio de 1998, durante o XIV Encontro do Fórum, em Natal (RN). O documento seria uma alternativa para a continuidade das políticas e diretrizes do Fórum, sobretudo na busca de apoio financeiro para o desenvolvimento dos programas de extensão das IES. Embora o Plano tenha sido publicado, não houve comprometimento do MEC em assumi-lo enquanto política de extensão, não tendo sido liberado recurso para o financiamento dos programas (NOGUEIRA, 2003).

A proposta do Plano era evidenciar as políticas e diretrizes construídas a partir de 1987 no Fórum de Pró-Reitores, reafirmando a extensão como processo indispensável “na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX). Tendo em vista as metas do plano, Nogueira (2003) ressalta os seguintes avanços: a) a criação do Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária; b) elaboração de diretrizes nacionais para avaliação da extensão nas universidades; c) a consolidação da proposta de se trabalhar com áreas temáticas; d) criação da Rede Nacional de Extensão (RENEX).

Especificamente sobre as Redes de Extensão, Rocha (2008) realiza um estudo aprofundado, defendendo a idéia de que tais estratégias se caracterizam como a opção de organização mais democrática no cenário atual, contribuindo

para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os indivíduos (cidadãos) mais éticos, solidários e participativos em uma perspectiva emancipatória (ROCHA, 2008, p.221).

A argumentação do autor se relaciona a alguns pontos, que, segundo ele, merecem ser aprofundados no debate sobre o tema. Algumas dessas questões dizem respeito à: a) necessidade de afirmação e positivação do conceito de rede; b) superação da cultura burocrática autoritária dentro das universidades; c) auto-regulação das redes de extensão universitária; e) horizontalidade, descentralização e conectividade das redes de extensão universitária, dentre outros pontos.

As discussões entre Fórum de Pró-Reitores e MEC foram retomadas em 2003, inclusive com o retorno da liberação de recursos para desenvolvimento de alguns projetos. Vale salientar ainda o envolvimento de outros Ministérios, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que têm incentivado a prática extensionista nas universidades brasileiras. Especialmente o MCT têm se

dedicado ao desenvolvimento da pesquisa e extensão por meio de financiamento de projetos, tendo o suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do lançamento de editais de apoio a projetos executados pelas IES.

Diante deste cenário, e usando um termo de Rocha (2008), um dos grandes desafios da política de extensão está em pensar as construções entre universidade e sociedade na perspectiva de uma *cidadania translocal*. Esta se relaciona a uma forma de atuação social que ultrapassa fronteiras físicas previamente estabelecidas, em um movimento impulsionado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Do mesmo modo, e ainda partindo de propostas do autor, é preciso que os programas extensionistas e as políticas do setor se voltem para a dimensão do sujeito coletivo, ou seja, as ações em rede devem aplicar o seu potencial em iniciativas que englobem questões de interesse de grupos de comunidades, aproximando o saber acadêmico das demandas da sociedade. Isso implica pensar em ações interinstitucionais, envolvendo múltiplas universidades, em iniciativas coletivas junto a órgãos públicos e entidades da sociedade civil, situadas ou não em contextos sócio-culturais e geográficos semelhantes.

3. Conexão Sisal: extensão universitária no semi-árido baiano

O projeto de extensão *Conexão Sisal*⁸ foi iniciado em janeiro de 2011, sob coordenação da autora deste artigo, tendo a UNEB enquanto instituição executora e apoio do CNPq. A proposta central do projeto é fomentar a apropriação de tecnologias livres para a produção e disseminação de conteúdos pela internet, envolvendo a convergência de ações em arte, mídia e tecnologia, com vistas à formação de conhecimento com potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável local e valorização da cidadania.

⁸ www.projetoconexaosisal.webnode.com.br

Além da coordenadora, a equipe executora conta com três bolsistas CNPq de Iniciação ao Extensionismo (IEX), sendo dois estudantes de Comunicação Social e uma estudante de Letras Vernáculas, e mais três bolsistas na categoria Apoio à Difusão do Conhecimento (ADC)⁹, além de professores e estudantes colaboradores¹⁰, e entidades parceiras.

Partindo do princípio da extensão em rede, o projeto conta com a parceria de entidades da sociedade civil, destacando-se a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Fundação APAEB) e a Casa da Cultura de Valente, cuja coordenação acompanha de perto as ações do projeto, fornecendo o suporte necessário. A Casa da Cultura se insere enquanto espaço físico onde são desenvolvidas as ações do *Conexão Sisal*, disponibilizando uma estrutura que inclui telecentro, sala de leitura, auditório, sala de convivência, sala de metareciclagem e ilha de edição de vídeo. Vale salientar que a Casa da Cultura é uma estrutura construída no município de Valente (BA), mantida pela organização da sociedade civil local e gerida por um colegiado de entidades, incluindo Apaeb e Fundação Apaeb.

O município de Valente, por sua vez, está situado no Território de Identidade do Sisal. Este Território é composto por vinte municípios, uma população estimada em cerca de 572.337 habitantes e uma extensão territorial de 20.154 km² (CODES, 2010).

Faz-se válido mencionar que o Território pensa suas ações de desenvolvimento local¹¹ de forma articulada, cumprindo o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES) o papel de entidade

⁹ IEX- Ana Elma Silva dos Santos, Robervânia da Silva Cunha e Antônio dos Santos Sampaio; ADC- Deise de Oliveira Moraes, Erizan Souza de Santana e Joival dos Santos Salustino. Todos os bolsistas são estudantes da UNEB Campus XIV, em Conceição do Coité.

¹⁰ Agradecimentos especiais aos docentes Cláudio Xavier e Jorge Soares e aos estudantes Ícaro Rebouças e Silvânia Cerqueira.

¹¹ Entendemos desenvolvimento local na perspectiva da valorização dos sujeitos e promoção da autonomia com vistas à participação social e política. Segundo Fischer (2002), o termo implica reciprocidade, construção coletiva em benefício do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local.

central nesse processo. Como uma de suas ações principais, o CODES concentra suas atividades e planejamento de políticas no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal (PTDS), que se divide nas dimensões Econômica, Sociocultural e Ambiental.

A Comunicação se insere diretamente na dimensão sociocultural do Plano e é aí que o projeto *Conexão Sisal* exerce sua contribuição. Dentre as propostas do PTDS para o desenvolvimento local por meio da comunicação, ganham destaque o fortalecimento das entidades de comunicação e dos movimentos sociais do Território do Sisal, o que passa necessariamente pela atuação da universidade enquanto espaço de produção do conhecimento e contribuição para o desenvolvimento da sociedade, por meio da formação de indivíduos.

Pensado esta atuação por meio da prática extensionista, o projeto *Conexão Sisal* foi formatado com a finalidade de colaborar para que os objetivos do Plano sejam alcançados, através da capacitação de crianças, jovens e adultos junto a diferentes recursos comunicacionais, podendo exercer, posteriormente, papel de agentes multiplicadores desse processo.

Para atender a essa proposta, o *Conexão Sisal* se materializa pela execução de oficinas gratuitas à comunidade de municípios do Território do Sisal, cada uma voltada para o desenvolvimento de habilidades em áreas específicas, todas relacionadas à Comunicação Social: a) Oficina de Informática e Cidadania; b) Oficina de mídias sociais para comunicação comunitária; c) Oficina de Técnica de Rádio; d) Oficina de Audiovisual; e) Oficina de Arte Eletrônica; f) Oficina de edição de vídeo em software livre; g) Oficina de Produção para Rádio.

Todas as oficinas são desenvolvidas pelos bolsistas do projeto com a supervisão da coordenadora e, em alguns casos, por professores e estudantes da UNEB colaboradores do projeto. Cada oficina conta com carga horária de 12 horas/aula, exceto a de Informática e Cidadania, com carga horária de 30 horas/aula.

Além das oficinas, merecem destaque o Telecentro e a Sala de Leitura. O primeiro corresponde a um espaço composto por quinze computadores conectados à internet, onde são realizadas as oficinas com necessidade de uso desse suporte e o livre acesso à comunidade nos turnos matutino e vespertino, de segunda a sexta-feira, nos

horários onde não há atividade programada. Mesmo durante os acessos livres, há o acompanhamento de bolsistas do projeto.

Atendendo a um direcionamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, todos os programas utilizados nos computadores da Casa da Cultura são *softwares* livres. Do mesmo modo, as oficinas buscam incentivar o uso e apropriação dessas tecnologias para a construção de conteúdos capazes de contribuir com o desenvolvimento local, na perspectiva da valorização e autonomia dos cidadãos. Esse direcionamento acaba por atender a uma demanda regional, tendo em vista o elevado número de instituições que utilizam tecnologias livres, oferecendo postos de trabalho que, em alguns casos, exigem o domínio desses programas.

Já a Sala de Leitura é equipada com livros didáticos, revistas, literatura, dentre outros materiais impressos. A proposta do espaço é oferecer à comunidade um espaço para a formação de novos leitores, além de contribuir com pesquisas escolares que, em muitos casos, se complementam por pesquisas via internet, no Telecentro. Também sob acompanhamento de bolsista, como parte das atividades da Sala de Leitura são realizadas ainda oficinas específicas nas áreas de Língua Portuguesa e Artes.

Somado a isso, o projeto oferece ainda mais duas ações: *Cinema na Casa Brasil* e *Cinema Itinerante*. O *Cinema na Casa Brasil* consta na exibição de filmes e vídeos educativos, a maioria oriundos da Programadora Brasil, vinculada ao MEC. As exibições são acompanhadas por pelo menos um dos bolsistas do projeto e contextualizadas a partir de algum aspecto da realidade dos visitantes. Um exemplo, são as exibições para grupos de estudantes, a partir de agendamento prévio com escolas da rede pública, onde se tenta adequar a escolha do vídeo a conteúdos didáticos trabalhados em sala de aula, colaborando para uma ampliação da reflexão por parte dos estudantes.

O *Cinema Itinerante* apresenta a mesma proposta, tendo o diferencial, como o próprio nome já diz, de ser realizado em espaços externos à Casa da Cultura de Valente. Como exemplos desses espaços estão comunidades rurais e escolas. Em alguns casos, esta ação é executada em parceria com escolas ou outras entidades, durante desenvolvimento de ações educativas comunitárias. Devido a questões estruturais e de logística, o *Cinema Itinerante* não conta com uma periodicidade definida.

3.1. Resultados preliminares:

A proposta inicial do *Conexão Sisal* era oferecer três edições de cada uma das oficinas formatadas, distribuídas ao longo do ano de 2010. Tendo em vista questões operacionais e de demanda, algumas foram substituídas, outras tiveram sua oferta ampliada. Abaixo, um detalhamento das edições de oficinas já executadas pelo projeto, com os respectivos números de participantes.

Tabela 1- Oficinas do projeto Conexão Sisal 2010

Nº	Oficina	Turma	Total de participantes
01	Audiovisual	01	10
02	Dicção e Locução	02	15
03	Informática Básica e Cidadania	05	53
04	Técnica de Rádio	02	27
05	Produção para rádio	01	13
06	Mídias Sociais para comunicação comunitária	02	12
07	Produção de vídeo	01	05
08	Edição de vídeo com <i>software</i> livre	01	05
09	Arte Eletrônica- Montagem e desmontagem de micros	02	40
10	Reciclagem com garrafa pet	01	10
TOTAL		18	190

Fonte: Elaborado pela autora

Como se pode observar na tabela acima, há uma variação no número edições e participantes entre as oficinas. Isso se deve a três fatores principais: demanda da comunidade, disponibilidade de horário e deslocamento para participar das oficinas e estrutura física e de equipamentos para a realização das mesmas.

No que se refere à demanda, a equipe executora tem observado uma maior procura pela oficina de Informática Básica e Cidadania, onde os participantes aprendem noções do sistema operacional Linux, navegação na internet e apresentação de slides, dentre outros conteúdos. O perfil das turmas tem revelado que a procura não se concentra numa faixa etária específica, embora ainda haja o predomínio de jovens. Há ainda turmas especiais, a exemplo da turma para pessoas com deficiência, realizada em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Pessoas Excepcionais (APAE) de Valente, cuja equipe de profissionais acompanha as oficinas, com o suporte pedagógico necessário para atender a esse público diferenciado.

No momento em que é escrito este artigo está em execução outra turma de Informática específica, voltada para crianças, uma iniciativa organizada a partir de pedidos da comunidade, sobretudo pais preocupados com a formação de seus filhos no uso das tecnologias de comunicação.

A disponibilidade de horário e deslocamento se apresenta às vezes como fator limitante para a realização das oficinas, uma vez que nem sempre os interessados têm condições de participar dos encontros, embora os horários das atividades sejam sempre programados tendo em vista as demandas da comunidade. No caso do deslocamento, o maior prejuízo é para pessoas que vivem em municípios vizinhos ou na zona rural de Valente.

Por fim, a estrutura física e de equipamentos é um dos fatores para um reduzido número de inscritos em algumas oficinas. A oficina de edição em *software* livre, por exemplo, foi realizada em apenas uma edição devido a problemas de suporte das máquinas, que não comportam programas de edição de vídeo dentro do que se espera, comprometendo a realização da oficina. Já outras oficinas, a exemplo de Produção para rádio, foram realizadas com menor número de participantes por questões metodológicas, a fim de facilitar a interlocução entre facilitador e participantes.

Vale ressaltar que algumas oficinas não previstas originalmente no projeto foram tem sido oferecidas repetidas vezes, mais uma vez atendendo a demandas da comunidade. É o caso, por exemplo, da oficina de Locução e Dicção, ministrada por colaborador docente da UNEB.

No caso da Sala de Leitura, como já foi dito, além do incentivo à prática da pesquisa e formação de leitores por meio de consulta ao acervo literário, o projeto prevê também oficinas voltadas para a língua portuguesa e artes. A seguir uma relação das principais ações realizadas neste âmbito:

Tabela 2- Oficinas Sala de Leitura

Nº	Oficina	Turma	Total de participantes
01	Dia do Livro Infantil	03	67
02	Dia do Meio Ambiente	02	48
03	Semana da Cultura de Valente	02	52
04	Análise Crítica de Músicas	03	71

05	Contação de Histórias	03	38
Total		13	276

Fonte: Elaborado pela autora

As atividades acima descritas foram realizadas no espaço físico da Casa da Cultura de Valente e/ou em escolas da rede municipal, tendo como facilitadora a bolsista IEX Ana Elma Silva, estudante de Letras Vernáculas. Observa-se que três das cinco ações tiveram como ponto de partida alguma data comemorativa que pudesse ser explorada pela Sala de Leitura, como forma de promover uma maior interação com a comunidade, sobretudo as escolas da rede pública.

De modo geral, os objetivos do projeto têm sido alcançados. As reuniões de planejamento e avaliação têm demonstrado um enriquecimento no processo de aprendizagem, sobretudo dos estudantes bolsistas, ao confrontarem o conhecimento adquirido na academia com a realidade social do entorno no qual se situa o Campus.

Também no que tange o relacionamento com a comunidade local, as respostas têm sido em grande maioria positivas. Há uma aproximação da população no sentido de propor atividades e parcerias, o que demonstra aceitabilidade do *Conexão Sisal*.

Considerações finais: relação extensão x conexão

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a extensão enquanto um dos pilares básicos da universidade, sendo seu elo principal com a sociedade. O estudo teve como objetivo empírico o projeto de extensão *Conexão Sisal*, desenvolvido no semi-árido da Bahia.

Na tentativa de estabelecer um diálogo entre a discussão teórica apresentada e a descrição e resultados parciais do projeto algumas questões merecem ser mencionadas. Uma delas diz respeito à *articulação com ensino e pesquisa*. O projeto de extensão *Conexão Sisal* é desenvolvido partindo de conteúdos trabalhados nos componentes curriculares dos cursos de Comunicação Social e Letras Vernáculas, oportunizando aos à equipe executora e colaboradores vivenciá-los de forma prática, o que interfere diretamente no processo de construção do conhecimento. Há ainda o envolvimento com pesquisas realizadas por docentes da UNEB, sobretudo pesquisa desenvolvida pela coordenadora do *Conexão Sisal*.

Um segundo aspecto se refere à abordagem de *temáticas com interesse social e coletivo*. As ações do projeto buscam contemplar demandas do Território do Sisal, sendo planejadas e executadas tendo em vista os perfis de públicos atendidos. Ainda como questão a ser destacada, cita-se o *caráter interinstitucional/pesquisa em rede* da extensão universitária. Nesse aspecto, o *Conexão Sisal* se processa em um esforço em

aproximar efetivamente a universidade das organizações da sociedade civil locais e de escolas públicas locais, o que nos dá uma dimensão mais aprofundada da realidade local, fornecendo-nos insumos para intervenções mais produtivas naquele espaço.

Por outro lado, há ainda muitos desafios a serem enfrentados, tanto em termos institucionais, quanto na própria atuação de docentes e discentes envolvidos em práticas de natureza extensionista. Nessa linha, menciona-se a necessidade de maior investimento das universidades públicas na extensão, priorizando verba, estrutura física e demais suportes para que as ações sejam realizadas. É preciso ainda uma maior valorização por parte da academia sob o fazer extensão, uma vez que há uma discrepância entre pesquisa e extensão, em termos de reconhecimento acadêmico, o que interfere diretamente no interesse dos docentes em adentrarem ou permanecerem no campo extensionista.

Por fim, faz-se necessário ampliar a compreensão entre docentes e discentes da extensão como compromisso social da universidade a ser efetivado, ao se caracterizar essa prática inclusive enquanto oportunidade de avaliação da comunidade sobre o papel das instituições de ensino superior, compondo parte importante do processo de construção do conhecimento para e junto à sociedade.

Referências:

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de abril de 1931. Seção 1, p. 5800.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal**. Bahia, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995 (Série Universidade).

FISCHER, Tânia. **Poderes locais, desenvolvimento e gestão-Introdução a uma agenda**. In: Fischer, Tânia (org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em 28 de out. 2011.

_____. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- 1987. Disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MEC. Programa de Fomento à Extensão Universitária, 1995. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MEC/DAU. **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**. 1975.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Onde falha o Plano Nacional de Extensão? **Interagir**, Rio de Janeiro, n.4, p. 9-13, 2003.

_____. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade**: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil. Salvador: EDUNEB, 2008.

SOUZA, Ana Luíza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.